



Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

CLEMILSON ADRIANO JERÔNIMO

**REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO
DE RUA DENTRO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM
SOCIAL NUMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA WINNICOTTIANA**

Brasília
2019

CLEMILSON ADRIANO JERÔNIMO

**REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO
DE RUA DENTRO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM
SOCIAL NUMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA WINNICOTTIANA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Livia Milhomem
Januário.

Brasília
2019

CLEMILSON ADRIANO JERÔNIMO

**REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO A PESSOA EM SITUAÇÃO
DE RUA DENTRO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM
SOCIAL NUMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA WINNICOTTIANA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Livia Milhomem Januário.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Raquel Boing Marinucci
Membro interno

Prof. Mestre. Enrique Bessoni
Membro externo

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte deste trabalho, minha eterna
gratidão.

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial, minha querida mãe, Claudete Adriana, por ser a pessoa que me deu a Luz e me permitiu trilhar pelo caminho que hoje me encontro.

Minha irmã, Neidiana Adriana, que aceitou o desafio de me acolher em Brasília, quando ainda tinha meus 15 anos de idade, se tornou minha referência nos momentos difíceis e gloriosos.

Meus irmãos, Claudio, Fabio e Amarilis, por compartilharem bons tempos em nossa infância e colaborarem com meu desenvolvimento.

Aos meus queridos avós maternos, Hilda e João, e meu avô paterno Jurandir, tenho profunda admiração por vocês.

À Elisonita por esses anos compartilhando a mesma casa, por me aceitar e me considerar um filho. Pelas boas risadas, puxões de orelha e amizade.

À Elói, Danilo e Vania por serem companheiros de minhas irmãs e meu irmão, por lhes fazerem tão bem, assim como aceitarem unificar nossas famílias, nos proporcionarem lindos sobrinhos e sobrinhas e cuidarem com amor e carinho, por sempre abrirem as portas de suas casas e me acolher.

Aos meus amigos e amigas, em especial à Beatriz Stella, Krissia Renata e Jessica Neiva pelas risadas, construções, desafios e reflexões trilhados nos estudos, nos trabalhos e na vida. Conheci na graduação e levo pra vida toda.

A orientadora Livia Milhomem, que com seu conhecimento, brilho e sorriso me encorajou e apoiou nessa construção.

A orientadora de metodologia Raquel, que no apagar das luzes, fez a revisão textual.

Aos professores e professoras, por se colocarem disponíveis e partilharem seus conhecimentos.

Às recentes amizades que se fortaleceram nos trabalhos, encontros e/ou viagens: Maíra; Cadú; Rafael; Gustavo; Clarice; e, Lucas.

Ao SEAS, pela oportunidade de trabalho, em especial as equipes com quem trabalho diariamente, que colaboraram e fazem deste serviço uma oportunidade para quem dele precisa e com muito esforço, carinho e amor, colaboram ofertando novas oportunidades de convivência às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

À clínica e meus pacientes por me depositarem a confiança de partilharem suas histórias e tornar minha profissão tão especial.

Nenhum adulto é adulto o tempo todo. Isso porque as pessoas não têm apenas sua própria idade; elas têm, em certa medida, todas as idades, ou nenhuma idade. (WINNICOTT, 1960/2012, p. 154).

RESUMO

O estudo busca uma aproximação das Políticas Públicas com a psicanálise, visa um atendimento mais humanizado à pessoa em situação de rua e tem como base os estudos da teoria Winnicottiana. A construção deste apoia-se num levantamento bibliográfico das leis que regem as Políticas Públicas voltadas para população em situação de rua, as contribuições da teoria psicanalítica e o entrelaçamento dessas teorias com a experiência profissional do autor no trabalho com pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social. Como resultado é apresentado considerações do que pode ser o motivo da pessoa vivenciar a situação de rua bem como ser uma realidade ter um atendimento mais humanizado a luz da psicanálise.

Palavras-chave: Pessoa em situação de rua. Psicanálise. Serviço Especializado em Abordagem Social. Autonomia. Winnicott.

ABSTRACT

The study seeks a public policy approach with psychoanalysis, seen as a more humanized care to the homeless person and is based on the studies of Winnicottian theory. The construction of this support is based on the bibliographic survey of laws that govern as Public Policies aimed at the homeless population, as contributions of the psychoanalytic theory and the intertwining of these theories with the author's professional experience in working with people in situations of extreme vulnerability. Social. As the result is presented considerations that may be the reason for the person experiencing a homeless situation, as well as being a reality with a more humanized care in the light of psychoanalysis.

Key words: Homeless person. Psychoanalysis. Specialized Service in Social Approach. Autonomy. Winnicott.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS	13
1.1 Contextualizando População em Situação de Rua	13
1.2 População em Situação de Rua e a Trajetória das Políticas Públicas	14
1.3 Políticas Públicas: População em Situação de Rua no Distrito Federal	19
1.4 Considerações em relação às Políticas Públicas da Assistência Social	21
2 CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS: REFLEXÕES SOBRE PRIVAÇÃO E DELINQUÊNCIA	24
2.1 Winnicott em Tempos de Guerra - “O Berço da tendência antissocial e delinquência”	24
2.2 A agressividade e o Envolver-se	27
2.3 Família e tendência antissocial	30
2.4 <i>Holding, Handling</i> (manejo) e Espaço Potencial	34
3 REFLEXÕES SOBRE PRÁTICA NO SEAS EM INTERFACE COM A PSICANÁLISE	39
3.1 Um pouco da minha história e de onde vem minhas inquietações	39
3.2 As psicologias em meu caminho	41
3.3 Psicanálise, Pessoas em situação de rua e SEAS	43
3.4 Atividades coletivas e atendimento as pessoas em situação de rua	46
3.4.1 Revisão básica	47
3.4.2 Proposta de atividade coletiva: Documentos e suas utilidades	48
3.4.3 O caso de uma mãe e sua filha	52
3.4.4 O desafio começa no interior do SEAS	54
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

O campo de estudos das ciências sociais tem se feito cada vez mais necessário. Neste contexto, o atendimento à pessoa em situação de rua tem sido realizado por Políticas Públicas Socioassistenciais. O Distrito Federal (DF), atualmente, conta com dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), que são espaços de convívio social voltado exclusivamente para pessoa em situação de rua, 11 Centros de Referência em Assistência Social (CREAS), além do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e dos serviços de alta complexidades.

O presente estudo se propõe a compreender como se dá o processo de atendimento a pessoa em situação de rua tendo como base a compreensão da teoria psicanalítica winnicottiana, ou seja, como a psicanálise de Winnicott pode contribuir para um atendimento mais humanizado a este público? Essa informação será útil também para população em geral, além de auxiliar os estudos relacionados a área de atuação.

Como objetivo específico, pretende-se refletir sobre o campo das Políticas Públicas e os serviços socioassistenciais relacionados às pessoas em situação de rua, ressalta-se quão recentes são os estudos, as Políticas e as ações socioassistenciais.

Como segundo objetivo específico, pretende-se relacionar esse tema com a teoria psicanalítica, mais especificamente com as contribuições de Winnicott (1896-1971). Há uma ênfase nos textos da de Winnicott (2012) *privação e*

delinquência. Por fim, como terceiro objetivo específico, pretende-se refletir sobre a minha prática atual no trabalho com pessoas em situação de rua.

Para alcançar os objetivos, primeiramente, realizou-se uma busca por bibliografia descrita nas Políticas Públicas, desde menção à Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - 1993), Política Nacional da Assistência Social (PNAS-2004), Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009b) e SEAS (2013). Em seguida, realizou-se um estudo teórico do livro de Winnicott (2012) sobre *Privação e delinquência*, por fim, articula-se essa teoria com a questão do acolhimento à pessoa em situação de rua.

A Psicanálise tem se firmado cada vez mais em estudos para além da clínica, principalmente no que se refere à análise do inconsciente. Para que seja possível um trabalho eficiente com pessoas em situação de rua em um viés psicanalítico é preciso que seja proporcionado espaço potencial, conceito winnicottiano, para que a pessoa possa se expressar da forma que é. Nesse sentido, é necessário um método de abordagem que privilegia a pessoa em sua subjetividade. (YASBERK, 2018).

O presente trabalho foi então estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se características da história da pessoa em situação de rua segundo movimentos sociais e suas lutas, o percurso das Políticas Públicas desde a Constituição Federal de 1988 até o presente, assim como uma sucinta descrição sobre os serviços voltados a esse público. O segundo capítulo destrincha a teoria da psicanálise winnicottiana, a qual se aproxima do trabalho com pessoas em situação de rua. No terceiro capítulo, é realizada uma reflexão sobre minha prática

profissional inserida dentro do Serviço Especializado em Abordagem Social com pessoas em situação de rua.

1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo descrevo um breve histórico da população em situação de rua e sua trajetória dentro das políticas públicas no Distrito Federal. Os serviços voltados para este público são considerados um marco na luta por direitos sociais e uma oportunidade para que a pessoa em situação de rua busque melhores condições de subsistência. Por fim, é ressaltado importantes considerações sobre às Políticas Públicas Socioassistenciais.

1.1 Contextualizando População em Situação de Rua

Se antes era possível dizer que pessoas em situação de rua eram pessoas com graves transtornos mentais, hoje a realidade já não é mais a mesma. Com advento da tecnologia, industrialização, grandes centros urbanos e desenvolvimento, as pessoas, que antes viviam em suas terras, cada vez mais foram se vendo na necessidade de migrar para grandes centros, formando periferias e para, além disso, ficando sem ter onde ficar/morar. Com as frequentes quebras de vínculos, foram se formando cada vez mais pessoas que passaram a fazer uso do espaço público como moradia (BROIDE, 1992).

Neste início, faz-se necessário refletir um pouco sobre as Políticas Públicas para população em situação de rua e o percurso das lutas de movimentos sociais até chegar, de fato, nos serviços voltados para este público. As pessoas em situação de rua são caracterizadas como aquelas que, por algum motivo, necessitam do uso do espaço da rua para sua subsistência, teve rompimento dos vínculos familiares ou estão fragilizados, estão em situação de extrema pobreza,

falta de moradia regular ou ficam em áreas degradadas e/ou usam abrigos ou unidade de acolhimento temporário como espaço de moradia provisório (BRASIL, 2009a). Assim sendo, é possível caracterizar três tipos de pessoa em situação de rua: a que vive e dorme em espaços públicos; a está em transição para moradia, seja retorno familiar ou aluguel; e, por fim, a que faz uso do espaço público mesmo tendo onde dormir (situação de alcoolismo e/ou uso de outras drogas).

Em estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2015 estima-se que no Brasil soma-se mais de 101.000 pessoas em situação de rua, sendo que dessas, a maior parte se concentra nos grandes centros das grandes cidades com população acima de 900 mil habitantes com mais de 75% da concentração de pessoas em situação de rua, ficando assim as cidades menores ou com até 10 mil habitantes a porcentagem de 6,63%. Ressalta-se a dificuldade que é obter dados mais precisos sobre pessoas que vivem situação de rua no Brasil. Os dados mencionados acima são do IPEA, porém são generalizados. (NATALINO, 2016).

1.2 População em Situação de Rua e a Trajetória das Políticas Públicas

Os trabalhos voltados para pessoa em situação de rua têm suas raízes em movimentos sociais e constantes lutas para um estado de democracia e exercício do direito ao bem estar e convívio social. Luta essa que sempre houve, porém tomou maior intensidade a partir da década de 70, quando organizações passaram a se organizar melhor. Assim, (BRASIL, 2011, p. 13) “nesse processo, emergiram novas demandas sociais que, colocadas em pauta de reivindicações da

sociedade brasileira, buscavam a ampliação dos direitos de cidadania e participação Política”.

Se antes os cuidados com pessoas em situação de rua tinham uma tonalidade de caridade, com o aumento das lutas por direitos passou-se a incorporar ações voltadas ao tema. Com a redemocratização, foi se articulando entre vários setores projetos de atendimentos a crianças e adolescentes em situação de rua. Assim sendo, em diversas cidades em 1985 foi se formando bases para formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas em Situação de Rua - MNMMR (BRASIL, 2011). Em todo caso, foi após a Constituição Federal 1988 que,

A luta dos movimentos sociais pela cidadania resultou em direitos inscritos nos artigos 5ª e 6ª da Constituição Brasileira de 1988 que precisavam ser concretizados a partir da implementação de Políticas Públicas para esse segmento da população. Nesse contexto, entrando na década de 1990, foi instalado o Fórum Nacional de Estudos sobre População em situação de rua (1993), que congregava trabalhadores das organizações de atendimento, especialistas, e militantes, dentre outros (BRASIL, 2011, p. 15).

A partir dos artigos 5ª e 6ª já era possível vislumbrar uma Política com mais equidade em direitos, educação, saúde, moradia, liberdade, igualdade e segurança. Assim, já com aparato da constituição Federal, é criada a Lei N 8.742, Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993, p.4), “que regulamenta esse aspecto da Constituição Federal e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis normas e critérios objetivos”. Assim sendo, a LOAS institui o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) como órgão deliberativo colegiado, ligado ao órgão da administração pública federal que tem como competências:

Aprovar a Política Nacional de Assistência Social; normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social; zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social; convocar ordinariamente a Conferência

Nacional de Assistência Social; apreciar e aprovar a proposta orçamentária de Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social; Divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos. (BRASIL, 2019, p. 1).

A Constituição Federal foi o grande marco na luta por melhorias das classes menos favorecidas no Brasil, porém foi com a LOAS que regulamenta e dá forma à assistência social que essas melhorias, tomaram rumo na busca por uma política descentralizada e participativa. Nesta mesma época, a Política Pública de saúde com o Sistema Único de Saúde (SUS) se encontrava no mesmo caminho de desenvolvimento e junto a previdência social formou o chamado tripé da seguridade social que ainda hoje está num estágio de evolução.

Faz-se importante relatar que nas datas de 1937 e 1977 há registros de ações governamentais pela Assistência Social: a primeira com a criação do Conselho Nacional do Serviço Social e a segunda com Legião Brasileira de Assistência. Após a Constituição de 1988 e a LOAS de 1993, foi criada em 1998 a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e entre 1997/1998 às Normas Operacionais Básicas (NOBs), porém estas foram aprimoradas em 2004, 2005 e 2012. Entre as atualizações, Pereira (2007, p. 70) destaca a “Definição da Assistência Social como Política de proteção social; territorialização da ação; instituição do sistema Único de Assistência Social (SUAS); e, novas bases de financiamento” e tem como base a descentralização, participação da sociedade além de estar em conformidade com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS/2012), conforme LOAS, consolidando assim a assistência como um direito. (BRASIL, 2005).

Seguindo uma linha cronológica, ocorreu entre 19 e 22 de agosto de 2004 o chamado “Massacre da Sé” onde pessoas em situação de rua que dormiam na praça da Sé na região da grande São Paulo, foram espancadas ocorrendo mortes e feridos. Esse dia pode ser chamado como “o dia da luta da população em situação de rua” que pode também ser chamado como “o dia do luto” em alusão as mortes daquele dia. A partir dessa data se intensificaram as lutas em movimentos sociais na busca por reivindicações e participações no controle social para elaboração de um planejamento e implementação de uma Política de cunho nacional para população em situação de rua. (BRASIL, 2011).

Em 2005, ocorreu o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, no qual participaram diferentes segmentos da sociedade como organizações não governamentais, fóruns e entidades da população em situação rua entre outros. Em resposta a esse I Encontro, foi aprovado a lei Nº 11.258 que dispõe sobre a criação de programas característicos da assistência social para pessoas que passam pela situação de rua.

O NOB-SUAS estabelece normas no nível de proteção social, defesa social e institucional, vigilância socioassistencial, redes socioassistenciais, ou seja, é a construção de bases para implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que de acordo com Brasil (2005, p. 15) “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”. Logo, é por meio do SUAS que será possível saber como é organizado e ofertado o que está previsto na LOAS.

Depois de muitos esforços e lutas, além de pesquisas com a população em situação de rua foi, (BRASIL, 2011, p. 18) “consolidada por meio de decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui, também, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População de Rua – CIAMP – rua”. Esses comitês têm por finalidade o papel de acompanhar, monitorar e elaborar planos de ações para pessoas em situação de rua.

Por fim é aprovada a resolução de nº 109 em 11 de novembro de (2009b) Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que organiza os níveis de complexidades em serviços de proteção básico, média e alta. Os serviços voltados para população em situação de rua se encontra nos níveis médio e alta complexidade com Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ofertado pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e Serviço Especializado para População em situação de Rua ofertado pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), além dos serviços de alta complexidade.

Os serviços de proteção social especial - alta complexidades tem como descrição geral (BRASIL, 2009b) “acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral”. Todo este serviço de alta complexidade é voltado para pessoa/família em situação de rua uma vez que uma das características são os vínculos familiares rompidos ou fragilizados – principal característica apontada como causa para situação de rua.

Por fim, com relação às Políticas Públicas para população em situação de rua, vale destacar o quanto recente são as deliberações e como, com muito esforço são construídas as pontes que nos faz refletir sobre os cuidados básicos com esse público. Nesse sentido, acredito que essa monografia venha também a contribuir para ressaltar a importância e a urgência de trabalhos acadêmicos nessa área.

1.3 Políticas Públicas: População em Situação de Rua no Distrito Federal

O campo de estudos das ciências sociais tem se feito cada vez mais necessário. Nesse contexto, o atendimento à pessoa em situação de rua tem sido realizado por Políticas Públicas, de acordo com a tipificação dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade. O DF (Distrito Federal) atualmente conta com dois Centros Pop que são espaços de convívio social voltado exclusivamente para pessoa em situação de rua, 10 CREAS (Centros de Referência em Assistência Social) organizados por território e 1 CREAS da diversidade, além do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS). Há ainda serviços de proteção social especial de alta complexidade (serviços de acolhimentos) e serviço de proteção em situações de calamidades Públicas e de emergências que podem ser voltados para público em situação de rua. (BRASIL, 2013).

O CREAS atua com a oferta de Serviço Especializado de Proteção e Atendimento a Indivíduos e Famílias (PAEIF) em situação de ameaça ou violação de direitos. As demandas para o CREAS são por demanda espontânea, denúncia ou encaminhamento de outros órgãos. Este equipamento promove o PAEFI e neste engloba pessoas em situação de rua.

O Centro Pop é uma unidade de serviço exclusivo para o público em situação de rua, proporciona espaço de convívio, guarda de pertences, alimentação, com objetivos de promover atendimento socioassistencial, respeito e promoção da autonomia do sujeito, preservando a integridade, dignidade e respeito ao sujeito que busca o serviço. Assim, este serviço se faz em um local de grande incidência de pessoas em situação de rua, sendo no Distrito Federal duas unidades localizadas na Asa Sul e em Taguatinga.

O SEAS é vinculado aos equipamentos do CREAS e Centro Pop os quais tem em comum o público em situação de rua na busca por ofertar a população em situação de rua atendimento visando à promoção da autonomia do sujeito. Cada um desses equipamentos tem sua área de abrangência assim como as equipes do SEAS.

O SEAS se destaca por ser um serviço além da unidade física, mesmo tendo como base o Centro Pop ou CREAS, atuam nas ruas, espaços públicos em todo território de referência identificando áreas e locais onde possam ter pessoas em situação de rua, sendo assim:

A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social. (BRASIL, 2013).

O SEAS é um serviço que conta com uma estrutura hierárquica no qual tem a gerência da SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social), gerência do Instituto IPÊS que executa o serviço, os Supervisores, Técnicos, Equipes: Coordenador, Apoio, Facilitadores e motorista além do administrativo, recursos humanos dentre outros. Aqui vale destacar a estrutura voltada para as equipes, pois

além de ser a linha de frente na abordagem, uma das características do SEAS é a contratação de pessoas que vivenciaram a situação de rua. Ou seja, o desafio começa dentro do próprio serviço que tem a incumbência de acompanhar os contratados com trajetória de situação de rua e trabalhar na promoção dos mesmos a agentes sociais.

Atualmente minha atuação profissional se faz dentro desse contexto de Políticas Públicas Socioassistenciais, fazendo parte do quadro técnico do Serviço Especializado em Abordagem Social como psicólogo social, tendo como base para o trabalho a orientação psicanalítica. Experiência essa que pretendo articular com considerações sobre às Políticas Públicas e a teoria psicanalítica.

1.4 Considerações em Relação às Políticas Públicas da Assistência Social

Foi possível até o momento debruçar sobre a Política Pública descrita acima, porém este subtítulo é substancial para compreensão sobre como essa política está sendo aplicada. Cada vez mais, o país vem tomando rumo capitalista, o qual tem por base o giro capital (financeiro), a troca, ou seja: se você tem, você troca, se não tem, o que você faz? A questão que fica é que, cada vez mais, tem se tomado uma direção onde a riqueza fica nas mãos de poucos, assim aumentando ainda mais a vulnerabilidade da classe mais baixa da sociedade, sem uma promoção decente voltada para esse público. Assim sendo a possibilidade é o aumento da população em situação de rua. Ou seja, a Política Pública da assistência social tem relação direta com as questões econômicas brasileiras.

Com advento da PNAS e o SUAS, a Política Socioassistencial “finalmente” se faz dentro da Política Pública, dando assim esperanças para classe menos favorecida, oportunizando espaços para que a população reivindique seus direitos e sejam protagonistas na promoção de sua autonomia. Diante deste cenário, Yasberk (2016) destaca a relação das transformações na assistência social, que permanece em sua luta como tema político, resistindo a perversidade do capitalismo selvagem que nos assola.

Dentro da política, Pereira (2007) ressalta que há questões sobre seguridade que devem ser consideradas no âmbito da assistência social, assim “é, portanto, como ação protetora que a assistência social deve propiciar três principais tipos de segurança: de sobrevivência, de acolhida e de convívio” (PEREIRA, 2007, p. 70). Esses tipos de segurança podem ser considerados um princípio da Política Pública da Assistência social.

Em todo caso, quando há discussão sobre Política e sua escrita, torna-se necessário buscar e levar em consideração a história brasileira, assim sendo

A cultura brasileira rejeita o serviço público como campo qualificado para satisfação de necessidades. De um lado não há compromisso de governantes com a atenção e o respeito aos direitos; de outro, há uma tendência da população em desculpar o que é produzido pelo Estado, na medida em que as ações governamentais são vistas como ajudas circunstanciais que resultam mais da bondade do governo do que no reconhecimento da dignidade do cidadão. (SPOSATI, 1993/2016, p. 23).

Um dos caminhos para resolução dessa questão colocada por Sposati é o conhecimento, ou seja, somente com público de pessoas em situação de vulnerabilidade/rua conhecendo e se empoderando de seus direitos que será possível reivindicar, de fato, que seja cumprido como determina a lei. Por outro lado, restará ao político o cumprimento do que está sendo reivindicado. Assim sendo, o

SEAS/IPES dispõe dessa abertura para que seja implementado meios através de oficinas, alfabetização dentre outros para que as pessoas abracem a chance e caminhem rumo a busca da promoção de sua autonomia. Com esse intuito, de também divulgação de conhecimento nessa área e de acesso à informação esse trabalho é elaborado.

2 CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS: REFLEXÕES SOBRE PRIVAÇÃO E DELINQUÊNCIA

Neste capítulo, tomo como base reflexões sobre textos do livro de Winnicott (2012), *Privação e delinquência*. Acredito que essa obra do autor traz conceitos e reflexões importantes. Nesse sentido, atualizo essas reflexões no contexto das pessoas em situação de rua assim como as possibilidades de acolhimento, de manejo e de escuta qualificada dessa população.

2.1 Winnicott em Tempos de Guerra: “O Berço da tendência antissocial e da delinquência”

A psicanálise tem sua trajetória desde Freud voltado para clínica. Porém atualmente, cada vez mais se tem ganhado outros espaços na sociedade. No presente trabalho, será necessário fortalecer um pouco mais esse cenário mais distante da clínica e mais próximo do campo social em consonância com a Política Pública.

Para tal proceder, Winnicott (2012) tem fundamental contribuição, pois a linguagem apresentada pelo autor em seus textos no livro *Privação e Delinquência* é primordial para compreensão da formação da personalidade. Os comportamentos antissociais estão automaticamente ligados à pessoa em situação de rua, sua família e até no desenvolvimento social, que deveria ser favorável e oferecer um espaço para essa família e esse sujeito se desenvolverem. Assim sendo, quais as possibilidades de falhas ocorreram para que esse sujeito não conseguisse constituir

um ego maduro o suficiente para sustentar as frustrações da convivência com familiares e com regras sociais? A resposta, está na privação.

Apesar de Winnicott (1956/2012), em alguns momentos, alertar para o fato da psicanálise não dar conta desses sujeitos com tendência antissocial acentuada e/ou delinquência, em outros momentos deixa aberta a possibilidade de ser possível desde que se tenha o enquadre adequado, parecido com o que Freud pensava sobre o tratamento psicanalítico e a psicose. Neste trabalho há uma ressalva sobre o método psicanalítico da clínica realmente ser questionável por todo aparato que o sujeito necessita para expressar sua tendência antissocial e/ou delinquência.

Nessa perspectiva psicanalítica, numa época que estava na segunda grande guerra mundial, Winnicott (1956/2012) descreveu bem o processo dos distúrbios de caráter como manifestações da tendência antissocial e a delinquência, assim sendo, o autor se viu na dificuldade de trabalhar com crianças que se apresentavam com comportamentos antissociais fora do contexto da clínica.

Winnicott (1945b/2012), e um grupo de pessoas voltados a causa, precisou constantemente se reinventar para atender crianças evacuadas e separadas de seus lares, mesmo não se sentido preparado como afirma sua esposa Clare Winnicott (1983/2012) na introdução ao livro *Privação e Delinquência*. Para além desse contexto, a autora traz importantes reflexões, que datada daquela época, se faz presente nos dias atuais

Hoje, como sempre, a questão pratica é como manter um ambiente que seja suficientemente humano, e suficientemente forte, para conter os que prestam assistência e os destituídos e delinquentes, que necessitam desesperadamente de cuidados e pertencimento, mas fazem o possível para destruí-los quando os encontram (WINNICOTT, 1983/2012, p. XVI)

Assim sendo, todo sujeito necessita de um ambiente seguro e estável para que seja possível desenvolver seu potencial rumo à maturidade emocional, para tal desenvolvimento a família e o lar são indispensáveis, de acordo com Winnicott (1940a/2012), Nas fases mais primitivas é necessário que a mãe, ou quem represente, não só se faça presente, bem como apresente ao bebê o mundo e o mundo ao bebê. A ruptura brusca entre a criança e seu lar pode causar traumas para vida toda. Uma situação importante que marca o desenvolvimento da criança é a capacidade de sentir e expressar sua tristeza. Logo, precisa de alguém para nomear essas questões que estão a todo vapor no íntimo da criança. Este é um marco na formação da personalidade e benéfico para futuras relações sociais. Vale ressaltar que, quanto menor a idade da criança, sua capacidade cognitiva para lembrar de uma pessoa é reduzida, ou seja, a necessidade de cuidado é maior. (WINNICOTT, 1940a/2012).

De acordo com Winnicott (1940a/2012), a criança que tem tendência antissocial pode despertar certo prazer com noticiários de guerra, violência e até não demonstrar apatia ao ver cenas desse tipo. Temos ainda a criança, que é o oposto a essa postura e tem tendência passivo masoquista, que sofre com notícias de violências e/ou maus tratos em seu lar. Assim é possível chegar a um outro tipo que são as crianças deprimidas. Essas por sua vez sentem-se responsabilizadas pelos acontecimentos ao tempo em que conseguem absorver notícias boas ou ruins e dar sentido a essas, tem preocupação com mundo externo assim como se preocupam com as separações relacionadas a membros familiares. O ideal seria poupar as crianças de tais situações em relação à guerra, violência, noticiários ou evitar rompimentos bruscos dentro do seio familiar. Porém, sabe-se que estas são situações quase impossíveis de serem evitadas.

Em uma palestra radiofônica (1939a/2012) intitulado “A mãe separada do filho” em tempos de guerra, Winnicott descreve os processos que a mãe e o filho são acometidos com a separação, a ambivalência da mãe em relação à evacuação do filho e a ambivalência do filho relacionado ao lar materno e o lar adotivo. O Estado interfere na relação familiar na perspectiva do desejo familiar de ter seu filho “protegido” mesmo que isso custe aos familiares conviver com a distância. A ambivalência materna se dá, pois, por mais que tenha sido consensual a evacuação; a mãe, inconscientemente, fica confusa e atordoada tendo que se arranjar com a ausência do filho e vivendo a dúvida de como a criança está sendo cuidada.

O filho, por sua vez, tem suas fases de desenvolvimento em constantes mudanças e ao retornar para casa leva a dúvida inconsciente de como se comportar, pois não quer deixar sua mãe perceber que foi bom o lar adotivo ao mesmo tempo em que sentia falta do lar familiar. Assim, quanto maior for o tempo da separação das crianças com seus pais, mais intenso serão os conflitos e conseqüentemente maior será para readaptação a um desenvolvimento maduro. Neste cenário, frutos das guerras, Winnicott, com sua visão e perspicácia, já descrevia os processos que possibilitam a formação da delinquência, passando pela tendência antissocial onde a agressividade merece um destaque.

2.2 Agressividade e o Envolver-se

Este termo agressividade vem ao encontro do trabalho, pois é recorrente no Serviço Especializado em Abordagem Social: as pessoas em situação de rua, ou que estão lidando com a transição da situação de rua, tem na agressividade uma saída para sobreviver. A agressividade é um termo que está intimamente ligado ao

amor e ódio. Em ambas as expressões é possível haver agressividade: seja para manter, proteger (amor), ou para destruir (ódio). (WINNICOTT, 1939b/2012).

Ódio e amor, de acordo com Winnicott (1939b/2012) são expressões que regem as relações humanas. É possível dizer que, em qualquer relação que se tenha considerações pela outra pessoa, existem componentes do amor ou do ódio ou ambos numa ambivalência que só é possível perceber através de um amadurecimento pessoal. No mais, estão no inconsciente a todo tempo. Há referências ao bebê e o seio materno, no qual, dependendo da condição e do ambiente desse bebê, ao mamar, chega a devorar o seio e em alguns casos, não raros, chegando a sangrar o seio materno. Nesse meio tempo, o mamar se faz necessário e o bebê pode estar expressando o apreço por essa mãe, pela satisfação e ambivalência no ato de mamar, sente a necessidade de ter o seio para si, deixando mais íntima a relação entre seu interno e o externo, ou seja, inconscientemente o seio lhe traz tanto prazer que ele quer para si.

Aquele ser que pode se apresentar para um estranho qualquer, como um bebê doce e amável, pode estar demonstrando só um pouco de sua capacidade, pois o mesmo, com toda sua doçura e energia, tem o dom de exaurir seus pais, de acordo com Winnicott (1939b/2012, p. 95) “No começo, ela os esgota sem saber; depois, espera que eles gostem que ela os esgote; finalmente, esgota-os de cansaço quando está furiosa com eles”. Ou seja, pode ser que no íntimo da criança haja uma ambivalência de sentimentos sem aparente conexão, sendo na maior parte do tempo, essa ambivalência direcionado aos pais, porém este mesmo bebê com toda sua ambivalência, em outros momentos se torna, como descrito acima, na criança doce e amável capaz de querer proteger seus pais.

Tudo isso que ocorre com bebê é passível de compreensão dos pais e em boa parte há essa compreensão. De acordo com Winnicott (1939c/2012), a satisfação do bebê ao ser realizado seu desejo, sua vontade, é a busca pela paz; ao se sentir saciado, seu corpo se acalma e seu espírito repousa até que venha a necessidade novamente e o ciclo volta a acontecer. Essa busca pela paz interior será alvo por toda vida desse bebê que, provavelmente, virá passar por todas as fases da vida. Ou seja, a busca pela harmonia, pela paz pode ser uma das mais antigas buscas do ser humano desde que a comunicação passou a vigorar entre os seres de linguagem.

Amor e ódio estão sempre lado a lado e, quando um tende a dominar o outro, mais precisamente quando o ódio expressado através da destruição e crueldade tenta sobrepor o amor, a pessoa tende a fazer de tudo para se salvar, ou para continuar viva, mesmo que tenha de ceder ao ódio, podendo chegar ao ponto de ter que se submeter a uma autoridade externa, ou seja as leis sociais, para que, assim, seja contido. Ou caso consiga estabelecer um controle interno na busca pelo alimento dessa vontade insaciável de destruição, através do que é possível chamar de depressão. (WINNICOTT, 1939b/2012).

Por trás de toda agressão é preciso considerar que existe um sujeito e que esta forma de se expressar, pode não justificar sua ação agressiva, mas se faz passível de ser compreendida:

Finalmente, toda a agressão que não é negada, e pela qual pode ser aceita a responsabilidade pessoal, é aproveitável para dar força ao trabalho de reparação e restituição. Por trás de todo jogo, trabalho e arte o remorso inconsciente pelo dano causado na fantasia inconsciente, é um desejo inconsciente de começar a corrigir as coisas. (WINNICOTT, 1939b/2012, p. 101).

Quando ocorre o processo de reparação do bebê ou da criança, cria-se uma oportunidade de responsabilização. Essa reparação é possibilitada pela mãe-ambiente ou mãe-objeto com sua presença segura, amável e limitadora em relação aos cuidados básicos do bebê, isso permite que o bebê desenvolva a capacidade de se envolver e assim lidar melhor com seus impulsos destrutivos, podendo agora se “perceber” conscientemente frente sua agressividade ou inconscientemente, não que está deixando de aparecer, até por que se faz necessário para um bom desenvolvimento, e sim, como tudo na vida, o bebê que virá a se tornar um adulto, tendo esse ambiente favorável ao desenvolvimento de sua maturidade, conseguirá lidar melhor com a ambivalência do amor-ódio. (WINNICOTT, 1963a/2012).

Caso essa mãe falhe na missão de se apresentar e não tiver quem assuma esse papel, a consequência pode ser negativa para esse sujeito enquanto bebê e conseqüentemente enquanto adulto sendo possível vir a desintegrar-se.

2.3 Família e tendência antissocial

Um ambiente favorável ao desenvolvimento do sujeito é um ambiente onde há a implicação de seus membros em prol do provimento de um ambiente suficientemente bom ao desenvolvimento deste sujeito bebê. Até aqui foi possível identificar que se houver falhas no ambiente familiar, se este ambiente falta com bebê em desenvolvimento, provavelmente esse bebê levará para vida adulta esta falta e passará muito tempo procurando preencher essa falta que foi constituinte de uma falha em seu ambiente ou da sua adaptação a esse ambiente.

Uma criança normal, de acordo com Winnicott (1946/2012), não é aquela doce e amável. Longe disso, uma criança normal é aquela que almeja se impor, aquela que testa sua paciência e põe à prova sua paz. O que ocorre com o sujeito na vida adulta está intimamente ligado ao seu desenvolver enquanto criança em seu próprio lar, se esse lar falha, a criança recorrerá a seus outros familiares, se esses falham a criança buscará ajuda na escola, seus vizinhos e assim por diante. A questão que fica é se ela não encontrar fora de seu lar à ajuda que procura? Muito provavelmente ela passará a transgredir e assim depender de uma instância que tem por proposta lhe “corrigir” e aí entra tribunais, lares alternativos e até prisões em cadeias.

Enquanto a tendência antissocial é um grito de socorro emitido pela criança, a delinquência, de acordo com Winnicott (1946/2012), caracteriza-se, na maioria dos casos, como uma doença e deve ser tratada como tal. A tendência antissocial é passível de ser corrigida se os familiares ou quem assumir a responsabilidade sustentar os testes dessa criança e passar a prover um ambiente suficientemente bom ou até adaptar o ambiente para que esta criança consiga se desenvolver.

Um exemplo que ilustra bem essa questão da tendência antissocial e da provisão ambiental é o filme “O contador de Histórias” (2009). Nesse filme observa-se Margherit adotando Roberto, depois de muito teste, Margherit aceita o desafio de manter Roberto sob seus cuidados e sustenta um ambiente favorável ao desenvolvimento da criança. Foi possível observar a necessidade de Margherit adotar uma postura forte, confiante e amável, características essenciais e que Roberto precisava. Assim, Roberto conseguiu organizar seu ambiente interno, ou

seja, conseguiu integrar-se, caso isso não ocorresse, provavelmente seu destino enquanto criança era a FEBEM, assim, ao tornar-se adulto teria grande chance de ser o encarceramento como a última oportunidade na tentativa de se organizar internamente.

O importante para o entendimento geral é que, independente de onde seja, o sujeito sempre procura uma saída. O aconselhável é que encontre na família pois, ao buscar na sociedade, pode ser que encontre um meio de controle indesejável, que ao invés de agir em seu favor reforçará sua desorganização. Tamanha é a sensibilidade de Winnicott que expõe essa questão de uma forma atenuante

Quanto mais pensamos nessas coisas [maturidade emocional da criança] melhor entendemos por que os bebês e as crianças pequenas necessitam absolutamente do background de suas próprias famílias e, se possível, da estabilidade de um ambiente físico; e a partir dessas considerações, vemos que as crianças privadas de vida familiar ou são dotadas com algo pessoal e estável quando ainda são suficientemente jovens para fazer uso disso em alguma medida, ou então nos obrigarão mais tarde a fornecer-lhes estabilidade sob forma de um reformatório ou, como último recurso, das quatro paredes de uma cela de prisão. (WINNICOTT, 1946/2012, p. 134).

Winnicott (1956/2012) cita os estudos de John Bowlby sobre privação para destrinchar a tendência antissocial, este termo por si é visto pelos autores como sinal de esperança, e segue a ordem da busca pela realidade compartilhada, ou seja, o não se desintegrar por completo. Assim sendo, é considerado que todo sujeito em algum momento em sua vida primitiva teve uma boa experiência em seu desenvolvimento primitivo, em algum momento essa boa experiência se perdeu e daí esse sujeito parte em busca desse algo que lhe foi tão importante.

Em concomitância a essa busca, a pessoa desenvolve o complexo de privação, como se algo lhe fora tirado e agora ela precisa desse algo bom de volta. Quando se tem um ambiente que provê o meio para seu desenvolvimento quase que naturalmente esse algo lhe aparecerá e o bebê segue seu desenvolvimento rumo à independência emocional.

Porém, se o ambiente não for favorável, desenvolve-se através da busca dessa boa experiência a tendência antissocial que pode ser expressa de duas maneiras, de acordo com Winnicott (1956/2012): roubo ou destruição. O roubo se refere a busca incessante em outras coisas (pequenos furtos), ao mesmo tempo é uma amostra para mãe ou geralmente principal responsável, um sinal de que algo está errado e sua mãe tendo aporte (terapêutico ou familiar saudável) perceberá e provavelmente conseguirá nomear essa prática do roubo de alguma forma que minimize ou cesse.

Já na destruição, o sujeito testará a paciência de quem com ele tem íntima ligação. Esse teste, expressão através da destruição, implica em diversas possibilidades como atear fogo em algo, quebrar algo que é importante para aquela pessoa que dele cuida e daí por diante. Caso o responsável aceite esse teste e suporte com a devida intervenção, estará provando para criança que dá conta e, com uma boa dose de amor, carinho e limite, conseguirá passar no teste, o que permitirá a essa criança encontrar o algo bom que lhe faltou algum momento.

2.4 *Holding, Handling* (manejo) e Espaço Potencial

Há na teoria de Winnicott três grandes conceitos que nos ajudam a pensar o acolhimento ao público deste trabalho: o *holding*, o *handling* e o espaço potencial. Neste subtítulo, pretendo expor um pouco sobre esses conceitos e as possibilidades do uso dentro do SEAS. Ressalta-se que estes termos são mais conhecidos no contexto clínico, mais precisamente na clínica psicanalítica. Porém aqui o foco será no Serviço Especializado em Abordagem Social com pessoas em situação de rua.

De acordo com Abram (1996/2000, p. 247) “o bebê que não passou pela experiência de uma mãe suficientemente boa é impedido de desenvolver-se e de descobrir a capacidade de ser” se tornando assim, provavelmente uma criança inquieta e incapaz. Isso provavelmente fará com que, além do sofrimento ainda quando bebê/criança, este sujeito continue seu desenvolvimento e provavelmente ainda virá a pagar um preço caro por essa falha em outras fases futuras, necessitando que exista um ambiente com recursos disponíveis para que retorne à capacidade de continuar a ser.

De acordo com Winnicott (1960/1983), *holding* é entendido, como a sustentação para que o sujeito continue seu desenvolvimento, é o preparo do ambiente e todas as providências para que o sujeito possa continuar o seu desenvolver rumo à independência/maturidade.

Todo ser tem suas fases de dependências: assim como um bebê vem ao mundo na fase da dependência absoluta, é preciso que haja um ambiente preparado para que este bebê não só sobreviva ao mundo, como também se desenvolva. Assim sendo, de acordo com Januário (2012), a noção de holding é fundamental

para clínica com criança. Nesse sentido, não é diferente na relação entre profissionais que trabalham na rede socioassistencial e pessoas em situação de rua. Essas pessoas, por sua vez, necessitam de acolhimento, sustentação e contenção.

O profissional que prepara o *holding* deve entender que, por vezes, passará por testes onde o sujeito com tendência antissociais, provavelmente terá comportamentos de destruição como uma tentativa desesperada por continuar a existir, e isso requer maturidade pessoal de quem se lança a esse desafio ao lidar com este público.

Neste sentido Winnicott (1967/1975) chama a atenção para o cuidado com a interpretação. Esse cuidado se dá pela necessidade de estar presente. Em muitos casos pessoas que estão em situação de rua são colocadas a margem da sociedade, sendo na maior parte do tempo julgadas. Ou seja, o cuidado ao interpretar pode evitar um julgamento antecipado, oportunizando assim que a pessoa se apresente com sua subjetividade.

O conceito de *handling* (manejo), de acordo com Januário (2012) em referência a Winnicott, se faz no preparo do ambiente para que seja propício ao *Holding*, proporcionando, assim, um espaço para receber quem nele chega, colaborando com seu desenvolvimento pessoal, o qual requer do profissional, que prepare e cuide do ambiente para lidar com o sujeito que dele necessita, adequando a necessidade do sujeito ao ambiente, ao tempo em que proporciona a esse sujeito os limites desse ambiente. Faz-se importante ressaltar que *holding* e *handling* caminham juntos onde dificilmente um existiria sem o outro.

O espaço potencial segundo Winnicott (1967/1975) se refere à área entre a vida psíquica do sujeito e a vida social. É onde ocorre a transição entre o subjetivo e o compartilhado, ao mesmo tempo em que é uma área delicada, pois é nela que se dá a transição da singularidade do sujeito e sua adaptação ao meio social. Para melhor esclarecer esse termo, faz-se necessário recorrer à criatividade do sujeito o qual, ainda quando bebê, na transição entre seu eu para o mundo externo, começa sua vida criativa, aos poucos e com ambiente propício, vai desenvolvendo seu lado criativo e buscando meios para sobrevivência e aprendizado. Para ilustrar tal ato, o brincar é primordial para o desenvolver-se do bebê de forma saudável e criativa.

Esse espaço potencial é importante para que o bebê continue seu desenvolvimento, sendo que, na possibilidade de falha, o desenvolvimento deste sujeito, depois de algum tempo, pode ser prejudicado, havendo a necessidade de se oportunizar um novo espaço para que este, quando adulto, se encontre e passe a lidar melhor com seu eu e com o social que nada mais é que a vida a dois, três... Ou seja, a vida compartilhada com outras pessoas.

Vale destacar a contribuição da autora Januário (2012, p. 116) que, “por meio desse espaço, o analista pode sobreviver à intensa privação e a desorganização que a relação com essas crianças (autistas) suscitam”. Nesse sentido é importante fazer um paralelo da sobrevivência do analista e seu paciente com a do profissional que trabalha com pessoas em situação de rua. Assim como analista, o profissional com a política socioassistencial precisará sobreviver situações pensáveis e impensáveis, pois estará diretamente em contato com está pessoa que vivencia a situação de rua, e se essa pessoa apresenta

comportamentos antissociais, a compreensão desse espaço pelo profissional proporcionará que ele sobreviva aos ataques de destruição do sujeito.

Assim sendo, de tanto a pessoa pôr a prova o ambiente que lhe foi ofertado, pode ser que use da sua experiência criativa para buscar melhores condições para lidar com as adversidades, de acordo com Winnicott (1967/1975, p. 159) “A experiência começa com o viver criativo (...) para todo indivíduo, o uso desse espaço é determinado pelas experiências de vida que se efetuam nos estádios primitivos de sua existência”. Sempre levando em consideração a adequação entre a oferta do espaço e os limites desse espaço para quem dele usa.

Há na teoria de Winnicott (1963/1983) os graus de dependência pelo qual um bebê passa desde o período da gestação e segue pelo seu desenvolvimento, são divididos em três fases: a dependência absoluta, relativa e independência. É possível considerar independência como um estágio de maturidade onde a pessoa se torna capaz de conviver harmoniosamente com os outros e ter resiliência ao ponto de se reconhecer frente aos outros bem como conviver em sua integralidade, assim como um bebê vem a se reconhecer de frente o espelho.

A pessoa em situação de rua passa pela dependência relativa e assim precisa que o outro lhe ofereça um ambiente com a oportunidade para que possa caminhar rumo à independência. Para tal situação, é necessário que o ambiente seja favorável para essa caminhada. De acordo com Winnicott (1963b/2012), como a família falhou com esta pessoa em alguma fase primitiva e o Estado (sociedade) falhou com essa família, agora, depois que o sujeito se torna um “adulto”, o próprio Estado tenta reparar a falha através de serviços voltados para pessoa. Estes serviços, no caso da pessoa em situação de rua são ofertados pela Política Pública

no DF e é constituído por SEAS junto aos Centros Pop, CREAS e os serviços de alta complexidade.

A existência destes serviços é um começo para promoção da autonomia do sujeito que está em situação de rua. Porém, junto a estes, faz-se necessário o trabalho em rede e outros serviços da Assistência Social, Núcleos de Saúde, Assistência Jurídica, Educação, Cultura dentre outros para que de fato a implementação destes se torne mais efetivo rumo à maturidade coletiva em prol de uma convivência com maior equidade e menos desigualdade. Nesse sentido, de acordo com Winnicott (1940b, p. 29), “a medida que a criança amadurece, torna-se mais apta a separar a realidade externa, ou compartilhada, de sua própria realidade pessoal e interna, e a permitir que uma enriqueça a outra”, seguindo o caminho rumo à independência.

O fato de o sujeito ir em busca de algo e expressar isso de diversas formas, faz pensar que o mais adequado modelo de tratamento seria ofertar a essa pessoa um ambiente favorável, que tenha pessoas, seja profissionais ou familiares, dispostas a encarar esse desafio de sustentar o poder de destruição e/ou roubo e acolher de forma a proporcionar algo que após a agressão; a pessoa seja capaz de sentir culpa, caminhe para o processo de reparação e, conseqüentemente, de trabalho construtivo que também pode ser um espaço onde, após passar essas fases, a pessoa consiga expressar sua criatividade e, assim, enxergar novas possibilidades de ser e estar no mundo.

3 REFLEXÕES SOBRE PRÁTICA NO SEAS EM INTERFACE COM A PSICANÁLISE

Neste capítulo, descrevo algumas considerações sobre meu percurso histórico, acadêmico que indicam minha identificação com a psicologia e psicanálise. Faço um entrelaçamento entre a experiência com Serviço Especializado em Abordagem Social, Política Pública Socioassistencial e a teoria psicanalítica Winnicotiana.

3.1 Um pouco da minha história e de onde vem minhas inquietações

Sou de uma família humilde, com cinco irmãos e sem meu pai biológico desde aproximadamente 1 ano de idade. Apesar da ausência paterna, tive quem representasse o papel, mesmo que, muitas das vezes, fosse representado por outros parentes ou pela sociedade. Família humilde, mas com recursos para subsistência, apesar de ter passado por alguns desafios ainda com idade de criança. Um dos maiores desafios foi não ter um lar permeado pela segurança de estadia prolongada. Por questões diversas, sempre mudávamos de cidade. Era tanta mudança, que não tenho conta da quantidade de vezes. Apesar dessas mudanças, quase sempre voltávamos e terminávamos o ano na mesma cidade de origem, cidade essa que, por conhecer vizinhança e ser uma criança considerada “livre”: sempre tive a liberdade de colocar meu mundo criativo em prática.

Tenho lembranças da minha rotina em tempos de aula e em tempos de férias; acordava pela manhã (por volta de 6h30min e 7h), já com meu caderno sobre

a mesa, pronto para ser pego; fazia o lanche e saía de casa (que era no canto da pequena cidade); caminhava uns 30 minutos até a escola. Ao sair de casa, passava nas casas dos meus colegas e chamava um por um. Às vezes chegávamos em 5, 6, 7 na escola. Íamos brincando no caminho.

Às 11h retornava pra casa e almoçava, assistia algum desenho. Geralmente por volta das 14h íamos à cachoeira (100m de casa) e às 16h para quadra de esportes encontrar amigos e jogar bola. Enquanto os adultos iam chegando na quadra, continuávamos brincando. Quando não tínhamos mais espaço, recolhíamos a bola e voltávamos pra casa por volta das 18h. Na rua onde morava encontrava outros meninos e meninas; brincávamos de pique pega, pique bandeira, cai no poço, dentre outras brincadeiras. Quando não tinha aula, substituía o horário da escola pela quadra de esportes. Assim, tínhamos mais tempo sem os adultos e íamos às 8h e às 16h.

Na medida em que a infância ia passando, troquei as brincadeiras pelos jogos. Enquanto os adultos jogavam baralho, contava os números (sempre tive facilidade com matemática simples). Entre idas e vindas para outras cidades, por vezes, ficava nas casas de parentes, pois minha mãe passava tempo considerável no hospital com minha irmã e nesses tempos colocava minha tendência antissocial à prova: o menino que acordava cedo para ir à escola agora não queria mais. Não foi uma nem duas vezes que corri entre as varas dos pés de café, fugindo da minha avó materna e acabava perto de alguma tia para que minha avó não me pegasse de “jeito”.

Como adolescente, chegou um tempo que, por volta dos 15 anos de idade, não me via mais nessa cidade. Na época, alternava moradia entre casa de

meu tio e avô paterno. Lembro-me de ter dito a meu avô: “vou embora para Brasília; trabalho uns três meses, junto dinheiro e vou morar com minha irmã”. Meu avô dizia: “pra quê? Fica aqui. Quando fizer 18 anos compro um carro pra você”. Estava decidido. Assim, entre a adolescência, juventude e vida adulta, rumei para Brasília onde terminei os estudos do ensino médio, trabalhei duro carregando e descarregando caminhões com sacos de cimentos e argamassas até conseguir estágios e posteriormente servir às Forças Armadas.

Ao completar 19 anos já queria cursar psicologia, fiz vestibular, passei, mas não deu. Os valores eram altos e decidi fazer um curso na área da saúde que, no futuro, me desse condições e tempo para custear e cursar Psicologia. Mas por que Psicologia? Perguntavam pessoas próximas a mim e não sabia responder. Só sabia que tinha que ser. Assim cursei e me formei em Radiologia. Nesse tempo de juventude, conheci bebida alcoólica e outras drogas. Graças a Deus não sucumbi a elas que, devido meu histórico de vulnerabilidade, não seria difícil.

Saí das Forças Armadas e ingressei na saúde trabalhando no administrativo de hospitais. Com trabalho em hospitais, decidi não dar sequência à profissão de técnico em radiologia, segui trabalhando no administrativo enquanto estudava Psicologia até à formação.

3.2 As psicologias em meu caminho

Meu percurso na Psicologia é deveras interessante. Com respeito a todas as abordagens psicológicas, devo dizer que umas das primeiras certezas foi que não tinha como me debruçar sobre a análise do comportamento (psicologia

comportamental). Sempre trabalhando e estudando, tinha uma energia que hoje olho e fico a pensar como sustentava tamanha disposição.

Estudava, trabalhava e me envolvia em movimentos sociais, além de tentar colaborar com a consolidação de um centro acadêmico que não existiu no papel. Assim, quando me deparei com a psicologia social foi instigante: era algo que mexia e mexe comigo. O prazer era tamanho que tinha momentos em sala de aula nos quais me colocava em alguns diálogos com professores e os alunos me chamavam à atenção, pois caminhava por terras desconhecidas pela maioria, ou seja, minha primeira paixão. Hoje tenho minhas considerações e acredito que há a necessidade de se dar mais ênfase nos estudos sobre as Políticas Públicas dentro das grades curriculares nos cursos de Psicologia.

Chegando mais da metade do curso, comecei e me deparar com a Psicanálise e, de início, não foi o furacão que mais tarde se tornou. Na primeira disciplina de Psicanálise, tive minha primeira e única reprovação. Com tempo e compreensão foi se tornando minha maior paixão. Nesse tempo, já tinha definido as bases do que seria meu futuro trabalho com a Psicologia, apesar de querer experiências em outras. Com passar do tempo, estágios e experiências foram caminhando sempre à sombra da psicanálise; tudo que tinha psicanálise, me debruçava, e assim comecei minha análise pessoal que até hoje mantenho.

Enquanto terminava o curso da graduação, fui procurando as possibilidades viáveis para fazer uma pós-graduação e, assim, iniciei uma em “Educação e saúde mental”. Após a colação da graduação, recebi minha primeira oportunidade em uma clínica e nela me encontro até o presente. Ao terminar a primeira pós-graduação, tinha certeza que a próxima seria psicanálise. Passei um

ano fazendo disciplinas como aluno especial na Universidade de Brasília (UnB). Concluí as disciplinas e decidi retornar minhas forças e estudos à psicanálise e assim me encontrei já entrelaçando com o curso de teoria psicanalítica ao tempo em que surgiu a oportunidade de trabalho no SEAS como psicólogo social.

Nesse tempo, conheci um pouco mais sobre autores clássicos na Psicanálise e decidi que, se tivesse algum autor para ser base ao meu trabalho, este seria Donald Winnicott.

3.3 Psicanálise, Pessoas em situação de rua e SEAS

Este subtítulo se faz presente pela necessidade de se ter um olhar para além da Política Pública Socioassistencial estabelecida no Brasil, um olhar como diz Freud (1915/2010) para o que pode ser o inconsciente que, apesar de ser contestada cientificamente, sua existência é legítima. Para explicar brevemente, é necessário conhecimento de alguns termos como repressão: uma pessoa “comum” possui um desenvolvimento e sua história de vida; a maior parte dessa história é reprimida, pois do contrário não daria conta de si mesma. A isso se dá o nome de ‘repressão’. Logo, como diz Freud (1915/2010), tudo que é reprimido tende a ficar no inconsciente.

Em todo caso, o inconsciente tem validade se fizer sentido para quem se dispõe a apreendê-lo. Assim sendo, Freud (1923/2011) divide o aparelho psíquico em três instâncias, onde existe o Id, o Ego e o Superego: o primeiro atende pelo princípio do prazer, o terceiro atende pelo princípio da realidade e é o segundo que media a relação dos outros, através da expressão consciente do sujeito.

Essas instâncias, de acordo com Freud (1923/2011), nos levam aos termos consciente e inconsciente. Logo, consciente é considerado o que pode ser descritivo. Ou seja, tudo que pode ser descrito está no consciente; o que não pode ser descrito não está no campo perceptivo, logo não é ou está no inconsciente. Esses descrevem o processo psíquico de uma pessoa. Para quem não conhece é complexo; para quem conhece é simples, até que a pessoa passe a exercitá-lo melhor de acordo com sua própria história de vida.

Se achar complexo, você está no caminho certo, pois para entendê-lo de forma mais clara é preciso se permitir conhecer-se a si mesmo e conhecer ao outro. Agora, isso tudo faz parte de um único sujeito e é assim que este sujeito se relaciona com o mundo. Seguindo esse caminho, me atrevo a indagar aos leitores, como seria o inconsciente de uma pessoa que está em situação de rua? Pois bem, diariamente, o SEAS nos coloca essa questão e seguimos trabalhando com a finalidade de ofertar uma oportunidade a estas pessoas.

O Serviço de Especializado em Abordagem Social (SEAS) no Distrito Federal é representado pelo Instituto Ipês desde 2018 e tem como base (espaço físico) os CREAS, os Centros Pop, além de um local próprio do Instituto. Minha experiência com pessoas em situação de rua começou a partir de 2016, quando participei do 3º Congresso de Pessoas em Situação de Rua em Belo Horizonte. De lá pra cá, tenho atuado como voluntário em eventos pontuais voltados para este público e, no início de 2018, fui contratado pelo Instituto Ipês para desenvolver meu trabalho como psicólogo social. Desde os primeiros contatos com este público tem sido motivo de inquietação como as pessoas em situação de rua vivenciam e como são os serviços voltados para elas.

Dito isso, tem-se dados da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre 2007 e 2008 em 71 cidades brasileiras, dessas 4 capitais (São Paulo; Belo Horizonte; Recife; Porto Alegre), sendo que foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua, em sua maioria, homens com 82% e somados pardos e negros equivalem a 67% dos pesquisados. Nessa pesquisa, constatou-se que 35,5% das pessoas que foram para situação de rua foi devido a problemas com álcool e/ou outras drogas; 29,8% desemprego; 29,1% desavenças com parentes, por fim, 5,6% outros motivos. (BRASIL, 2009a).

Com essa amostra, até então só foi realizada essa pesquisa de 2008, sendo que está previsto para 2020 pesquisas com dados mais recentes. De fato, é difícil ter uma estimativa atual levando em consideração dados de 2008. Tendo esses dados e o cenário político atual, estima-se que nas próximas pesquisas possa ter dados mais alarmantes do que o apresentado.

Assim sendo, é possível pensar que problemas com bebidas alcoólicas (35,5%) possam estar na base primitiva do desenvolvimento do sujeito, assim como desavenças familiares (29,1%). Levando em consideração os estudos de Winnicott (1956/2012) sobre tendência antissocial, tais dados somados (65,3%) são frutos diretamente de uma falha no ambiente familiar, pois pelas características descritas, seja pelo uso abusivo de substâncias ou conflitos familiares, as pessoas apresentam comportamentos antissociais, ou seja, família e sujeito falharam.

Uma vez identificada a falha no ambiente familiar, faz-se necessário ir um pouco além, no qual Winnicott (1963b/2012) ressalta que, se houve falha da família, provavelmente o Estado (sociedade) falhou com esta família e, somando-se as

porcentagens entre drogadição/alcoolismo, conflitos familiares e desemprego como causas da pessoa ir para situação de rua, temos 94.4% do total pesquisado (BRASIL, 2009a). O mesmo Estado estabelece, através de Políticas Públicas, as possibilidades de correção para esta falha.

Neste ponto, cabe ressaltar uma dificuldade de se trabalhar com Políticas Públicas que é a necessidade de prestação de contas, é uma dificuldade! Mas também uma necessidade que visa ter transparência e justifica a manutenção do serviço por mais tempo. A questão que se coloca na prática é que, ao prestar contas, na maior parte dos casos, o que se mede são as ações realizadas, por vezes havendo a necessidade de não se levar tanto quanto deveria considerações qualitativas. Assim, entramos no último subtítulo deste trabalho.

3.4 Atividades coletivas e atendimento as pessoas em situação de rua

Neste último tópico, pretendo expor os conceitos psicanalíticos decorridos até aqui na prática, atuando como psicólogo social no SEAS. As atividades coletivas desempenhadas consistem em proporcionar um espaço no qual as pessoas em situação de rua se reúnem com ajuda das equipes SEAS, que na maior parte das vezes, faz a busca ativa sensibilizando e convidando a estarem presentes nas atividades. Procuro expor uma síntese dos conceitos estudados até aqui e fazer o entrelaçamento com três distintas situações vivenciadas na prática que consistem em: uma proposta de atividade com base na trajetória construída junto aos usuários do serviço; o caso de uma mulher em situação de rua com sua filha; e, por fim, um caso com uma colaboradora do serviço.

3.4.1 Revisão básica

As atividades são construídas a cada encontro, sendo que no início eram atividades mais interativas que provocavam nas pessoas o sentido de convivência uns com os outros. Estas, por sua vez, vão ao encontro do objetivo do SEAS que é a promoção da autonomia do sujeito, ou seja, o amadurecimento pessoal. Atividades essas que são uma vez por semana em um horário específico. É possível considerar que este espaço é construído seguindo as leituras de Winnicott (1960/1983), tendo como embasamento um *holding* e *handling* considerando assim a subjetividade da pessoa que ali se apresenta, tornando este um espaço potencial, no qual, de acordo com Winnicott (1967/1975), é a busca pela promoção do sujeito. Importante se faz também considerar que tais termos são aplicados com os trabalhadores que tem trajetória de situação de rua.

Se a privação, da razão a tendência antissocial, é possível considerar que a pessoa em situação de rua, passou por sucessivas privações em seu desenvolvimento, de acordo com Winnicott (1956/2012), na privação, em algum momento na vida primitiva do sujeito, foi-lhe negado a continuidade de vivenciar suas experiências boas de forma saudável e houve uma ruptura, que não foi percebida nem cuidada a tempo por sua mãe (ou responsável), e já adulto, veio a apresentar através de comportamentos antissociais, a busca pela experiência boa que vivenciou um dia. Esses comportamentos dizem de uma vivência na qual se torna difícil compartilhar sua subjetividade socialmente. Assim, tendo o espaço da rua como alternativa na quebra dos vínculos familiares.

De acordo com Winnicott (1963/1983) a pessoa em seu desenvolvimento tem suas fases de dependência absoluta, relativa e independência, sendo está

última a busca de todas as pessoas desde sua existência. Assim sendo, como um bebê passa pela fase da dependência relativa, acredito que seja possível considerar que a pessoa em situação de rua se encontre em fase semelhante a essa, necessitando, nesse caso, que se tenha meios para que o mesmo se promova e conquiste sua autonomia.

3.4.2 Proposta de Atividade de documentos e suas utilidades

Atualmente, com mais de um ano e dez meses no serviço, já é possível elaborar um vasto conteúdo que não daria para anotar tudo, mas o suficiente para justificar o olhar sob uma perspectiva psicanalítica. Como informado antes, as atividades foram sendo propostas de acordo com o que o grupo apresentava e, ao final de cada grupo, era direcionado aos integrantes o que gostariam que tivesse no próximo encontro e assim por diante, permitindo, então, que o ambiente se adaptasse a seu público, assim como o público entendesse as limitações do ambiente, formando assim o que Winnicott (1967/1975) chama de espaço potencial, ou seja, de amadurecimento da pessoa e do serviço.

É possível dizer que, para uma pessoa se apresentar em qualquer órgão ou instituição com a finalidade em reivindicar algo, algum direito, é necessário o documento de identificação, porém se a pessoa não tem este, como se apresenta? Pois bem, não se apresenta. Ou tenta se apresentar e não são reconhecidas, assim como a maior parte das pessoas em situação de rua, além do fato de serem discriminadas como descrito na pesquisa de 2008 (Brasil, 2009a) onde 54,5% responderam que já foram impedidas ou sofreram discriminação em algumas ou

várias dessas: instituições de saúde; transporte público; shopping; comércios; órgãos públicos; bancos; ou ao providenciarem seus documentos.

Como a própria situação de discriminação, em muitos casos, uma pessoa “comum” ao passar e ver uma pessoa dormindo numa calçada, praticando mendicância, num barraco de lona, ou fazendo uso abusivo de bebida alcoólica e/ou outras drogas entre outras situações, quase sempre não ofertam suporte. Em outros casos, fazem denúncia solicitando a remoção de tal pessoa daquele espaço público, ou seja, considera a pessoa que ali se encontra à margem de quem por elas passam ou, pode-se dizer, à margem da sociedade. Não são vistas.

Assim como o ambiente familiar desses sujeitos falharam em algum momento, o Estado (sociedade) falhou com a família, como descrito por Winnicott (1956/2012). Todos que passam e visualiza essa situação de alguma forma, falha ao desconsiderar aquela pessoa que ali se encontra. A mesma sociedade continua a falhar: não que seja responsabilidade somente de quem passa, não que seja responsabilidade somente de um serviço. Aquele que ali se encontra para amadurecer e buscar situações melhores precisa da ajuda de outras pessoas. É preciso que a pessoa em situação de rua seja visto (não desconsiderado) e reconhecido assim como um bebê é legitimado por sua mãe, seu pai, sua família e pela sociedade.

Levando em consideração o que Winnicott (1967/1975) propõe, tal circunstância, ao ignorar a situação da pessoa que está em extrema vulnerabilidade social, é contrária a um acolhimento onde oportunize ao sujeito a possibilidade para se promover. Assim sendo, no decorrer das atividades do SEAS, foi identificado uma grande demanda por documentação, que corresponde à pesquisa de 2008 (Brasil,

2009a), na qual 24,8% das pessoas em situação de rua pesquisados não possuem qualquer documento de identificação. No serviço, na medida que surgia pessoas com tais demandas, as equipes tratavam de acompanhar na resolução.

Uma questão peculiar é que, pouco tempo depois, boa parte dessas pessoas que conseguiram posse de algum documento com apoio da equipe do SEAS e passaram a ter um documento que a identificasse, depois de certo tempo, essas mesmas pessoas demandavam novamente a necessidade de tal documento (geralmente Registro Geral – RG), pois perdiam o que foi adquirido, necessitando agora de uma nova via.

Diante de tal fato, foi proposto uma atividade de documentos e suas utilidades e, ao mediar essa atividade - que consistia em falar da importância de cada documento, sua utilidade, como conseguir e os cuidados com este -, a cada encontro, foi identificado que as pessoas perdem seus documentos por não ter onde guardar ou por não terem o cuidado necessário. Logo, a equipe se propunha a guardar estes documentos (diante a assinatura de um termo de compromisso), garantindo que, quando a pessoa precisasse, pegaria de volta.

Foi sendo notado, com o tempo, a crescente demanda por novas vias de outros documentos. Porém, as pessoas quando retornavam para atividade, diziam que estava guardado seu documento e agora questionavam se era possível tirar outro tipo de documento. Já não perdia como antes. Percebia que a demanda agora, se tornava outra, ou seja, por outro tipo de documento (Cadastro de Pessoa Física – CPF; Título de Eleitor, entre outros).

O exemplo acima ilustra bem como um *holding* e *handling* são importantes para o processo. Ao pensar a atividade de documentos, foi considerado o apoio e o manejo com a situação, ou seja, o ambiente foi preparado para receber essas pessoas em suas demandas. O apoio/suporte (*holding*) por proporcionar um ambiente onde não seriam julgados pela perda dos documentos e sim acolhidos e o manejo (*handling*) por preparar o ambiente diante uma necessidade que apresentavam nas primeiras atividades, formando, assim, um espaço potencial que acolhesse o sujeito ao tempo que cuidava de legitimar a necessidade de cuidados com seus documentos, permitindo que, quem ali estivesse, houvesse a oportunidade de ser ouvida e de expressar suas experiências.

Outra marca dessas atividades, que foi adequado ao manejo dos documentos, foi a oportunidade dada àquelas pessoas que se sentissem à vontade para expressar suas experiências de transição da situação de rua para aluguel, ou retorno familiar, que falasse de si. Os que passaram por essa experiência relataram o quanto é difícil falar de si e ao mesmo tempo o quanto foi bom colocar suas questões na roda de conversa.

Durante as atividades, essas pessoas são observadas e, na medida do possível, convidadas a falar de si. Vale ressaltar que, em diversas ocasiões, há a necessidade de improvisar nas atividades, pois com o tempo, foi se percebendo a inquietude da maior parte do público quando é uma atividade direcionada e cheia de conteúdo. Assim sendo, hoje já é possível construir em conjunto uma proposta de atividade que visa o domínio sobre os direitos dessas pessoas.

3.4.3 O caso de uma mãe e sua filha

Durante o tempo no SEAS, foi possível acompanhar alguns casos de mulheres que vivenciaram situação de rua e hoje se encontram em transição para aluguel e/ou retorno familiar. Essas mulheres tem em comum serem acompanhadas durante o processo final da gestação. São 4 casos, com riquíssimos conteúdos para uma produção em um único trabalho acadêmico, porém, será considerado aqui apenas o caso de uma delas que continua participando das atividades.

A equipe SEAS acompanha essa mulher desde que ela estava gestante, ela por sua vez vivia constantemente em uso abusivo de álcool e outras drogas. Até o parto, a mesma vivia em situação de rua e, por volta dos 9 meses de gestação, arrumou um aluguel com apoio de sua rede de “amizades”. Sempre participativa das atividades e matinha o acompanhamento por núcleos de saúde em seu pré-natal.

Seu bebê, nos primeiros meses, foi se desenvolvendo normalmente. Sempre que encontrava equipe estava bem vestido e aparentava estar sob bons cuidados. Até por volta dos três meses de idade, era sempre receptiva às outras pessoas, sorridente e a mãe demonstrando cuidado com o bebê e com ela mesma. De acordo com Winnicott (1967/1975), aparentemente, essa mãe mantinha um ambiente suficientemente bom para esse bebê, nessa fase de dependência absoluta, apesar das condições adversas.

Em certo momento, a equipe não estava encontrando mais essa mãe nem esse bebê, ou quando eram encontrados, a mãe não queria ser atendida. A recusa a ser acompanhada denunciava algo de errado, porém, como era possível encontrar mãe e bebê, equipe manteve o monitoramento fazendo visitas e observando sempre que possível. Assim, vez e outra, mãe e bebê apareciam para

dar notícias (coincidentemente quando estava próximo do ganho do auxílio). Passado uns meses, essa mulher retornou às atividades e passou a ser acompanhada de perto novamente. Porém, agora, seu bebê já não tinha comportamentos como antes: qualquer um que se aproxima, o bebê abre o choro se calando ao ser colocada no colo de sua mãe. Nessa altura, esse bebê já estava dos seus 5 para 6 meses.

Essa fase, de acordo com Winnicott (1963/1983), corresponde à dependência relativa, ou seja, esse bebê deveria estar caminhando rumo à independência, porém, na prática dessa relação mãe-bebê, isso não estava correspondendo. Assim sendo, Winnicott (1967/1975) ressalta que o bebê se sente como uma simbiose na relação com sua mãe: é importante para esse bebê passar para o passo de separar-se da mãe, ao tempo em que, aos poucos, essa mãe promove o ambiente diminuindo os improvisos às exigências do bebê. No caso descrito, isso aparentemente não estava ocorrendo na relação mãe-bebê, pois, a sensação ao pegar o bebê, era de que este continuava fundido a sua mãe.

Coloquei-me a observar melhor essa relação e, na tentativa de entender o que estava acontecendo, indaguei essa mãe sobre os meses em que não estava sendo acompanhada de perto pela equipe e como mantinha os cuidados com o bebê. Ela, por sua vez, não se prontificou a dizer. Assim, respeitei sua decisão e, com o tempo, foram se confirmando algumas situações que eram suspeitas, como a não nomeação do corpo desse bebê, o não reconhecimento desse bebê diante o espelho, ou seja, os cuidados realmente não estavam bem e, para complicar, essa mãe confirmou que voltava a fazer uso de outras drogas, além da bebida alcoólica.

Esta mãe e bebê estão sendo acompanhados pelo SEAS e CREAS. Porém diante de tal situação, foram providenciadas outras medidas para este caso, que consistem no encaminhamento para lei. Como Winnicott (1963b/2012) descreve, resolver, infelizmente, não é o que se espera, porém é o que se faz necessário diante a situação. Aqui vale destacar uma dificuldade no serviço que é o de articulação com a rede de apoio. Porém, dados os limites de intervenção, em muitos casos, é preciso maturidade para entender até onde é possível alcançar.

3.4.4 O desafio começa no interior do SEAS

Finalizando este trabalho, e como mencionado em capítulos anteriores, o SEAS é um serviço que conta com uma estrutura hierárquica. Nesse caso em especial, destaco as equipes que são compostas por: Coordenador, Apoio, Facilitadores e Motoristas. Sem eles, muito provavelmente, o serviço não se sustentaria. Eles são a linha de frente do serviço ao abordar as pessoas que estão em situação de rua. Uma das características marcantes do SEAS é a contratação de pessoas que vivenciaram a situação de rua. Ou seja, o desafio em lidar com este público começa dentro do próprio serviço que tem a incumbência de acompanhar os contratados com trajetória de situação de rua, bem como trabalhar na promoção da autonomia na perspectiva de superação da situação de rua.

Já trabalhei com muitas pessoas de difícil manejo e, a cada uma delas, sou grato por me permitir tamanho amadurecimento, pois ao colaborar para o crescimento pessoal delas, cresço junto. Em todo caso, destaco um específico para esta parte do trabalho: trata-se de uma pessoa na faixa etária entre 20-30 anos, usuária de bebida alcoólica e outras drogas. Essa pessoa teve o desenvolvimento

fragmentado por questões de conflitos familiares, situação de extrema vulnerabilidade, dentre outras situações complexas, e consequente situação de rua. Antes de entrar para o serviço, foi acompanhada como usuária do SEAS, com sua adesão, foi se destacando entre outros usuários e tendo como gratificação a sua contratação, entrou para o SEAS e depois de passar por algumas equipes, chegou à equipe em que sou o responsável técnico. Ou seja, passou a ser acompanhada por mim.

Por vezes, com esta colaboradora, precisei usar quase todos os recursos de sustentação e manejo que disponho para que não se sucumbisse por outro caminho, que não a continuidade no serviço. Não que tivesse projeção de insucesso em outros lugares, mas sim, que a continuidade no serviço fosse uma das alternativas mais próximas para seu amadurecimento, pois a mesma possui uma personalidade forte e frágil, com características de comportamentos antissociais, onde inconscientemente age por impulso e, por vezes, é necessário abraçá-la para conter seus atos impulsivos.

Essa pessoa está na equipe há aproximadamente 9 meses. Sua postura no trabalho, quanto à execução do que é solicitado e de seu interesse, é excelente! Faz como poucos e bem feito. Porém, por seu desenvolvimento fragmentado e suas privações, tornou-se uma pessoa desconfiada e defensiva. Sempre que surgia alguma situação que envolvia seu nome, era a primeira a se colocar, por vezes, fazendo-se de vítima. Mesmo quando aparentava ser algo simples, colocava uma proporção aparentemente desnecessária, mas que fazia parte de sua necessidade.

Em certa ocasião, ela se desentendeu com um colega de serviço. Seu mundo desabou: chorou, ficou irritada e relatou que não queria mais, que sairia do

serviço, pois estava pesado para ela ficar tendo que conviver com tal pessoa e em tal equipe que só fazia deixá-la mal. Assim, no dia do desentendimento, pegou suas coisas e foi saindo como se nada mais fosse fazê-la mudar de ideia. Ao passar pela porta, acompanhei seus passos até a saída do local e, próximo de uma árvore, solicitei que conversássemos a sós. Depois de um tempo falando sobre as situações que acreditava ser constrangedoras, disse que não queria mais, que não suportava, que iria embora da equipe e, se fosse o caso, do serviço.

Ao sair de perto, me coloquei a sua frente e a abracei. Por um momento que durou uns 5 minutos e continuei a abraçá-la, sem mencionar uma palavra se quer. Ela, por sua vez, dizia: “me solta” e eu confiante que não a estava apertando, fiquei ali. Depois dos momentos iniciais em que se mexia para um lado e para o outro, encostou a cabeça em meu ombro e ficou em silêncio, naquele momento, senti que estava fazendo o que era necessário. Aquele abraço, aquele calor, sem julgamentos, de acordo com Winnicott (1967/1975) e descrito pela autora Januário (2012), sem interpretações.

Assim, eu disse em voz baixa: “me dá uma semana e, se você ainda quiser ir embora, serei o primeiro a defender sua autonomia e apoiar sua saída da equipe e se for sua vontade, do SEAS”. Olhando para mim e se soltando aos poucos, ela disse “sim” e ficou mais uma semana. Passado uma semana do ocorrido, não mencionou nada a respeito de sair, passados um mês, lá estava ela e ela continua. Por vezes, dá muito trabalho. Porém, acredito que ela sabe e acredita naquele espaço disponível a ela.

Ela sempre foi uma pessoa de personalidade ímpar, desde quando era atendida pelo serviço. Porém, hoje, essa pessoa continua com sua linguagem

própria, conhece a linguagem da rua, com sua trajetória de situação de rua está se tornando uma agente social como poucas, tem amadurecido em busca de sua autonomia, tem uma capacidade sensitiva incrível e é com este olhar que converso com ela. Às vezes é preciso respirar fundo e sustentar seus ataques; às vezes é preciso abraçá-la como se não houvesse amanhã.

Assim sendo, de acordo com Winnicott (1967/1975), a pessoa, sentindo-se segura de si, em consequência da relação produzida no espaço promovido pelo profissional que se dispõe a adaptar-se a suas necessidades, com disposição a se implicar, a pessoa encontra-se a caminhar rumo a sua independência na conquista por sua autonomia, da sua maturidade emocional.

De acordo com Winnicott (1967/1975, p. 142) “O espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo, depende da experiência que conduz a confiança”. Neste sentido, foi possível demonstrar minimamente o quanto pode ser importante o olhar para pessoa em situação de rua em uma perspectiva psicanalítica, considerando o vasto mundo inconsciente que subjaz nas personalidades que apresentam comportamentos com tendências antissociais, permitindo-se usar da criatividade, do envolver-se para construção de um espaço potencial rumo à promoção do amadurecimento pessoal e, conseqüentemente, sua independência. Porém, só se faz possível tal situação se houver mais investimentos na construção de ambientes (serviços) que sejam capazes de ofertar as pessoas o algo bom que ela vivenciou um dia e busca no presente.

Por fim, segundo Winnicott (1945a/2012, p. 42) “acho que a questão consiste em que, se você constrói um lar para uma criança, você está lhe dando um

pouco do mundo que ela pode compreender e em que pode acreditar, nós momentos em que o amor falha, pelo menos superficialmente”. Tornando, assim, os serviços para pessoa em situação de rua, um lugar para que oportunize a escolha por qual caminho deseja seguir, que proporciona o bem-estar daquele que busca.

CONCLUSÃO

Neste estudo, me debrucei na construção de uma possibilidade de aproximação entre Políticas Públicas e a teoria psicanalítica, a questão principal foi mostrar se é possível ter um atendimento mais humanizado para pessoas em situação de rua a luz da teoria psicanalítica de Winnicott (2012). No primeiro capítulo, foi necessário tecer considerações sobre às Políticas Públicas, assim, recorri às leis e movimentos sociais até chegar na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que consolida os serviços voltados para população em situação de rua e o Serviço Especializado em Abordagem Social, além de descrever brevemente outros serviços voltados para este público.

Depois de descrever o percurso das Políticas Públicas socioassistenciais, no segundo capítulo me vi frente à Psicanálise e, foi necessário focar nas contribuições de Winnicott (2012), que possibilitou compreender como se dá os comportamentos antissociais, e que a origem de tais comportamentos está na privação. Foi possível fazer um paralelo sobre tendência antissocial com os comportamentos das pessoas que vivenciam a situação de rua. Diante tal estudo, observou-se que é de suma importância a compreensão sobre a relação primitiva da pessoa, assim como as privações que ocorrem nessa relação, que podem ser prejudiciais num processo de amadurecimento e busca pela sua autonomia.

Esse levantamento bibliográfico, focado na teoria de Winnicott (2012), me permitiu, no terceiro capítulo, demonstrar minha identificação com a Psicologia e a Psicanálise, bem como, com o trabalho realizado no SEAS. E assim, pude fazer o entrelaçamento entre minha experiência profissional, a psicanálise e as Políticas

Públicas Socioassistenciais no qual, foi possível mostrar, o quão é desafiante o trabalho com pessoas em situação de rua ao tempo que, tem-se uma Política bem formatada teoricamente, porém na pratica os desafios são muitos para fazer valer tal escrita como está escrito.

É possível concluir que a contribuição da psicanálise em minha experiência com pessoas em situação de rua permitiu um atendimento mais humanizado, pois, para além do que está escrito, para além de hierarquias, existe um processo que é preciso ser respeitado; existe algo que teoria não conseguirá abarcar ou explicar: o quão intenso é o momento da relação. São processos que ocorrem no espaço potencial, entre a subjetividade e o mundo compartilhado que só quem se permite vivenciar será capaz de sentir o quão belo é a vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAM, J. *A linguagem de Winnicott. Dicionário das Palavras e Expressões utilizadas por Donald W. Winnicott.* (1996). Tradução: Marcelo Del Grande da Silva. Editora: Revinter, Rio de Janeiro, 2000.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB-SUAS.* Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.
- BRASIL, I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua. In. *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a população em Situação de Rua (2009a).* Brasília, DF; MDS; Secretaria de avaliação e Gestão da informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, (p. 85-101) Brasília/DF, dezembro/2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf> Acesso em 04 ago. 2019 às 16h14.
- BRASIL, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.* Brasília, 2009b.
- BRASIL, *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop.* SUAS e População em Situação de Rua. Gráfica e Editora Brasil LTDA. Brasília, 2011.
- BRASIL, *Perguntas e Respostas: Serviço em Abordagem Social.* SUAS e População em Situação de Rua, Volume 4. Brasília, 2013.
- BRASIL, *Conselho Nacional de Assistência Social. Quem Somos e Como Funcionamos.* Brasília, 2019. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/cnas/sobre-o-cnas/quem-somos-e-como-funcionamos>> Acesso em 13 ago. 2019 às 20h.
- BRASIL, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. *Direitos das Pessoas em Situação de Rua.* Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_direitos_das_pessoas_situacao_de_rua_mpdft.pdf> Acesso em 13 ago. 2019 às 22h.
- BROIDE, J. *A Psicoterapia Psicanalítica na rua realizada através de grupo operativo: a rua enquanto instituições das populações marginalizadas.* Psicologia: ciência e profissão, v. 12, n 2, p. 24-33, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v12n2/05.pdf>> Acesso em 04 ago. 2019 às 16h14h.
- FREUD, S. (1856-1939). O Inconsciente (1915). In: FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. Obras Completas, Vol. 12.* Tradução e notas Paulo Cesar de Souza. 1ª ed. São Paulo. Companhia de Letras 2010.

FREUD, S. (1856-1939). O Eu e o Id. (1923). In: FREUD, S. *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos (1924/1925)*. Obras Completas, Vol. 16. Tradução e notas Paulo Cesar de Souza. 1ª ed. São Paulo. Companhia de Letras 2011.

JANUARIO L. M. *Transferência e espaço potencial: A Relação analítica com crianças em estados autísticos e psicóticos*. 248 f. Tese Doutorado – Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2012. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11468/1/2012_LiviaMilhomemJanuario.pdf > Acesso em 14 de set. 2019 às 22h50.

NATALINO, M. A. C. *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf Acesso em 13 ago. 2019 às 21h30.

PEREIRA, P. A. P. *A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS*. Rev. Ser Social, n. 20, p. 63-83, UNB. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6982>> Acesso em 23 ago. às 21h50.

SPOSATI, A. (1993) Prefácio. In: YASBERK, M. C. *Classes subalternas e Assistência Social*. 9ª edição, revista e ampliada. Ed. Cortez. São Paulo, 2016.

VILAÇA, L. (Diretor). *O contador de histórias* [DVD]. Warner Bros. Brasil, 2009.

WINNICOTT, D. W. A mãe separada do filho (1939a). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Agressão e suas raízes: Agressão (1939b). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Evacuação de crianças pequenas: Carta ao *British Medical Journal* (1939c). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Evacuação de crianças pequenas: Crianças e suas mães (1940a). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Crianças na guerra (1940b). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. A criança evacuada (1945a). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. De novo em casa (1945b). In: WINNICOTT, D. W. In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Alguns aspectos psicológicos na delinquência juvenil (1946). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. A tendência antissocial (1956). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Agressão, culpa e reparação (1960). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. O desenvolvimento da capacidade de envolvimento (1963a). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. A psicoterapia de distúrbios de caráter (1963b). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Agressão e suas raízes: Raízes da agressão (1964). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

WINNICOTT, D. W. Teoria do relacionamento paterno-infantil (1960). In: WINNICOTT, D. W. *O Ambiente e os processos de maturação*. Tradução: Irineo Constantino Schuch Ortiz. Editora: Artmed. Porto Alegre, 1983.

WINNICOTT, D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo (1963). In: WINNICOTT, D. W. *O Ambiente e os processos de maturação*. Tradução: Irineo Constantino Schuch Ortiz. Editora: Artmed. Porto Alegre, 1983.

WINNICOTT, D. W. A localização da experiência cultural (1967). In: WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Tradução: José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Editora: Imago. Rio de Janeiro, 1975.

WINNICOTT, D. W. O Lugar em que vivemos (1967). In: WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Tradução: José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Editora: Imago. Rio de Janeiro, 1975.

WINNICOTT, C. Introdução (1983). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. Tradução: Álvaro Cabral; Revisão: Monica Stahel. 5ª Ed. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2012.

YASBERK, M. C. *Classes subalternas e Assistência Social*. 9ª ed. Editora. Cortez. São Paulo, 2016.